

Governo retoma política do 'feijão com arroz' na economia

SÔNIA MOSSRI

BRASÍLIA — Menos de cinco meses depois de lançado, o Plano Cruzado Novo retoma a política do "feijão com arroz" que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, defendia quando assumiu a pasta. A equipe econômica está convencida de que até a mudança de Governo, em 15 de março de 1990, a meta da política econômica deixará de ser o combate à inflação e passará a ser a administração do dia a dia, com taxas oscilando entre 15 e 20%, e o esforço de evitar uma explosão.

Depois do congelamento que, mesmo precariamente, vigorava desde 15 de janeiro, a economia voltou às regras de mercado e a uma indexação completa — o BTN substituindo a extinta OTN, câmbio acompanhando a variação do Índice Geral de Preços (IGP) e definição da política salarial. O cenário traçado pela atual equipe econômica até a posse do novo Presidente da República não inclui novo choque na economia, mas a administração corpo-a-corpo, como classifica o ex-Ministro do Planejamento Delfim Netto.

É intenção da área econômica repetir, no segundo semestre deste ano, o mesmo comportamento da inflação dos primeiros seis meses de 1988, com uma taxa média de 17%. Estabilizar a inflação pode se tornar uma tarefa muito difícil. Além das pressões e incertezas presentes às vésperas da realização de eleições presidenciais, a estabilização da inflação, com uma economia integralmente indexada, é muito vulnerável ao qualquer tipo de choque na economia, como quebra de safra agrícola. Nesse caso, seria inevitável uma explosão da inflação, o que, na análise de assessores da área econômica, teria efeitos desastrosos, em função do desgaste do Governo Sarney e da proximidade das eleições.

Para junho, a inflação chegará à marca tão temida de dois dígitos, depois dos 9,94% apurados pelo IBGE em maio. Os mais otimistas apostam numa inflação em torno de 15% para este mês, que pode subir para próximo de 20% em julho. Esse resultado é atribuído ao descongelamento. A exemplo do que ocorreu durante os Planos Cruzado e Bresser, numa primeira etapa, os preços sobem muito, mas acabam por registrar queda através do processo rotineiro da economia de mercado.

O salário-mínimo de NCZ\$ 120,00, que ainda não teve o sinal verde do Presidente José Sarney, é motivo de preocupação na Fazenda e no Planejamento. Se ele for sancionado pelo Presidente Sarney, os técnicos acreditam que isso será repassado aos preços pelas empresas.

